

INTERAÇÕES OBJETAL E SUBJETAL

Vladimir Moreira (UEL)

Luiz Carlos Migliozi Ferreira de Mello (UEL/PUC-SP)

INTERAÇÕES MEDIATIZADAS POR OBJETOS

Até bem pouco tempo atrás, dizia-se que a Semiótica simulava a história do homem na busca de seu objeto-valor e mostrava também a polêmica que se instaurava, já que a conjunção com o objeto pode ser impossível ou, então, mais de um sujeito podem querer o mesmo objeto. Partia-se dessa premissa para explicar as significações produzidas no texto e pelo texto. Essa concepção já estava presente em *Semântica estrutural* (1976) e permanece em *Da imperfeição* (2002). Toda uma tradição acadêmica foi montada a partir do pressuposto de que há um sujeito que busca a junção com um objeto-valor. A bem da verdade, o arcabouço teórico da Semiótica desenvolveu-se a partir desse ponto de vista.

Em seu início, anos sessentas e início dos setentas, as análises semióticas têm como finalidade explicar a “ação transformadora das narrativas”. Por meio de uma análise estrutural da narrativa (sintaxe da ação), busca-se explicar a relação junctiva do sujeito com o seu objeto-valor. Na sequência, os estudos voltam-se às condições necessárias para a realização dessa ação transformadora do sujeito. Fala-se agora da competência modal do sujeito (querer, saber, poder e dever) para executar a referida ação. Em um outro momento, o interesse passa a ser o modo de existência do sujeito em relação ao seu objeto-valor. Torna-se, assim, necessário analisar o investimento de valor que o sujeito faz no objeto. Busca-se explicar a conversão de um estado de tensão ou de relaxamento do sujeito em razão da situação de junção (conjunção ou disjunção) com o seu objeto-valor. Finalmente, depois de estudar o modo de existência do sujeito, a Semiótica aventura-se pelo “estado de alma” do sujeito. De acordo com a natureza da relação que o sujeito mantém com o seu objeto, as paixões podem ser tensas ou relaxadas.

Como se percebe, toda uma tradição acadêmica foi montada a partir da concepção de que a criação dos sentidos dos textos é oriunda de uma *relação objetual*, isto é, de um sujeito que quer entrar em junção com um determinado objeto-valor.

Como consequência, foram concebidos dois regimes de interação para que o sujeito alterasse a sua relação junctiva com o objeto-valor. Ou seja, a conjunção ou disjunção com o objeto-valor pode ser feita por meio de dois regimes de interação e de sentido: a programação e a manipulação. Tanto em um caso como no outro, os sujeitos interagem visando à conjunção ou à disjunção com o objeto-valor, caracterizando, assim, uma relação objetual, isto é, mediada por um objeto-valor que irá suprir a falta do sujeito, fazendo com que ele saia de uma situação disfórica e passe a uma situação eufórica.

Destes dois regimes de interação, a manipulação é o mais conhecido e divulgado. Isso se deve porque com ele talvez se possa explicar a grande maioria dos textos, sobretudo os verbais. Já a programação é menos conhecida e divulgada. Contudo, ela já foi descrita pelo próprio Greimas (1983), ao discorrer sobre a sopa de pistou.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a programação está fundada no princípio da regularidade. Com isso, na programação, entra-se em conjunção com o objeto-valor quando se segue à risca certos princípios de maneira sistemática, predeterminada. É, portanto, o lugar da certeza. Se um indivíduo precisa fazer um prato especial, mas, por alguma razão qualquer, está inseguro quanto à sua elaboração, ele terá, possivelmente, mais êxito se seguir à risca a receita desse prato. Para se obter o efeito desejado, não se pode fugir da receita. Esse é um exemplo típico de um sujeito que agiu pela programação para entrar em conjunção com o seu objeto-valor.

A manipulação está fundada no princípio da intencionalidade. Trata-se de um sujeito que quer entrar em conjunção com um objeto-valor, mas que precisa antes fazer o outro querer ajudá-lo. Para isso, esse sujeito lança mão de estratégias ligadas ao convencer (razão) e ao persuadir (emoção) para estabelecer um compromisso de ação, um contrato fiduciário com o outro. No entanto, manipula-se um outro que tem livre-arbítrio. Apesar de estar sendo manipulado, é ele quem decide se adere ou não

aos desejos do manipulador. Assim, a manipulação é o campo da incerteza: mesmo que ele seja manipulado, isso não impede que seja rompido o contrato.

Embora sejam distintas, cada um com suas peculiaridades, a programação e a manipulação são regimes em que objetos, revestidos por valores, circulam entre os sujeitos e podem ser considerados os principais “agentes” mediatizadores das interações entre esses indivíduos.

INTERAÇÕES NÃO MEDIATIZADAS PREVIAMENTE POR OBJETOS

Até esse ponto, não há nada de novo nisso tudo, pois essa abordagem já estava prevista nos próprios escritos de Greimas¹ e é amplamente divulgada e aceita pelos semioticistas. Porém, é nesse momento que avultam os trabalhos mais recentes de Eric Landowski: *Passions sans nom* (2004) e *Interactions risquées* (2005a)². Com estes dois livros, pode-se afirmar que Landowski apresenta um novo desdobramento epistemológico da Semiótica Discursiva. Em *Passions sans nom*, ele apresenta um novo regime de interação e sentido aos dois já existentes: o regime da união.

Para desenvolver esse novo modelo teórico, Landowski parte da premissa de que nem todas as relações interativas podem ser descritas pela programação e pela manipulação, isto é, pelo regime da junção. Existem situações em que a situação é bem mais complexa de ser descrita e exige do analista um novo desdobramento do modelo clássico (regime da junção). O regime de sentido deixa de ser baseado na existência de objeto-valor (relação objetual) e alicerça-se na co-presença sensível dos actantes (relação subjetiva). A esse respeito, Landowski (2004, p.58) escreve:

Pour rendre compte des péripéties de l’histoire, petite ou grande, on a en effet recouru à un principe de réduction consistant à faire comme si les protagonistes – les actants “sujets” – n’agissaient jamais directement les uns sur, ou contre, ou avec les autres, mais seulement par l’intermédiaire des actants “objets”, éléments tiers considérés à la fois comme chargés de valeur et comme détachables des sujets, et de ce fait comme destinés à circuler entre eux, de main en main. Autrement dit, au lieu de laisser ouvert l’éventail des modes d’appréhension des choses telles qu’elles se passent, si on peut dire, dans l’avie même (en considérant “l’avie” comme une sorte de grand discours), on a dans une large mesure préjugé de leur mode d’organisation en faisant comme si le seul instrument concevable pour en rendre compte devait être celui, assez particulier mais le seul vraiment familier aux analystes du moment, qui préside aux rapports syntaxiques entre sujets, prédicats et objets dans l’univers de la grammaire. Il en est résulté un modèle de syntaxe narrative qui offre à coup sûr l’avantage de se prêter facilement à une certaine formalisation mais dont en contrepartie la portée se trouve étroitement limitée à raison d’une série de restrictions *a priori*. À la base de cette grammaire se trouve l’hypothèse que toutes les fluctuations d’état affectant les sujets dépendent des seules opérations de *junction* qui les mettent en possession des objets de valeur (conjonction) ou qui les en séparent et les en privent (disjonction). Un tel modèle se justifie pleinement tant qu’on raisonne par rapport à un espace de référence conçu comme clos et saturé, à l’intérieur duquel tout ce qu’un protagoniste perd, un autre doit nécessairement le recevoir en partage.³

¹ Cf. especialmente o capítulo intitulado “Estrutura elementar da significação”, subitens “Continuidades e descontinuidades” e “Conjunção e Disjunção” de *Semântica estrutural* (1976).

² Neste artigo especificamente, não será abordado o regime do acidente, que foi tema do livro *Interactions risquées* (2005a), de Eric Landowski, visto que este é o assunto exclusivo de um outro artigo publicado neste mesmo veículo intitulado “A assunção do risco”.

³ Para dar conta das peripécias da história, pequena ou grande, recorremos de fato a um princípio de redução, que consistia em supor que os protagonistas – os actantes “sujeitos” – jamais pudessem agir diretamente uns sobre os outros, mas somente por intermédio dos actantes “objetos”, elementos terciários considerados ao mesmo tempo como carregados de valor e separados dos sujeitos, e assim destinados a circular entre eles, de mão em mão. Dizendo de outra maneira, em vez de deixar aberto o leque dos modos de apreensão das coisas tais como acontecem, se assim podemos dizer, na própria vida (considerando “a vida” uma espécie de grande discurso), prejudicamos em larga medida seu modo de organização, como se o único instrumento concebível para dar conta do recado, na verdade o único verdadeiramente familiar para os analistas da época, fosse aquele que diz respeito às relações sintáticas entre sujeitos, predicados e objetos, no universo da gramática. Disso resultou um modelo de sintaxe narrativa que oferece, com segurança, a vantagem de se prestar facilmente a uma certa formalização, mas cujo alcance, em contrapartida, é estreitamente limitado por uma série de restrições *a priori*. Na base dessa gramática, está a hipótese de que todas as flutuações de estado que afetam os sujeitos dependem apenas das

Em razão dessa *Semiótica da presença*, Landowski (2005b, p. 19) ressalta que a existência modal dos sujeitos actantes é alterada:

Ao lado da lógica da junção entre sujeitos e objetos, que fundamenta a abordagem dos fenômenos de interação pensados em termos de estratégias de persuasão e de *fazer fazer*, devemos prever uma problemática do *fazer ser* que ponha em jogo um outro tipo de relações entre actantes, da ordem do contato, do sentir e, em geral, daquilo que chamaremos de *união*.

Esse “fazer fazer”, próprio do regime da junção, mais especificamente com a manipulação, em que sujeitos agem sobre si mesmos ou sobre outros, para atingir determinado fim, dá lugar ao “fazer ser”, em que corpos interagem por meio da estesia.

Como se percebe, Landowski (2004, p. 62-63) aponta para uma área dos processos de interação e de significação até então não estudada. Não se trata de negar o regime da junção tradicional, mas de revelar novas maneiras de interagir com os objetos ou com outros sujeitos, novas formas de sentir a presença do outro, seja esse “outro” um objeto ou um sujeito:

On peut cependant imaginer aussi un schéma tout différent, bien que logiquement complémentaire, où les états d'âme des protagonistes, et aussi, nous faut-il ajouter, leurs états somatiques, ne dépendraient plus en tout et pour tout des seules régulations syntaxiques de leurs états de jonction avec les objets, mais où les variations concernant ce qu'ils éprouvent <<corps et âme>> au fil du temps résulteraient, au moins en partie, directement de rapports de coprésence mutuelle, face à face ou corps à corps, nom seulement de sujet à *sujet*, mais aussi entre sujets et *objets*, à condition toutefois de redéfinir le statut de ce que recouvrent ces dénominations. Sous le régime de coprésence dont nous nous proposons de dégager les principes, les <<objets>> ne seront plus en effet réductibles à de simples grandeurs interchangeables dont la valeur s'apprécie sur la seule base de critères d'ordre fonctionnel fixés en référence aux programmes d'action prédéfinis des sujets. Les mêmes objets y seront au contraire appréhendés en tant que *réalités matérielles* capable de faire immédiatement sens à raison des qualités sensibles que sauront y découvrir les <<sujets>> - mais des sujets eux aussi redéfinis du point de vue de leur statut et de leurs compétences, car désormais dotés de quelque chose d'essentiel qui leur manquait sous le régime précédent: tout bonnement d'un *corps*, et du même coup d'*organes sensoriels*. Dès lors, eux qui n'étaient au mieux jusqu'ici qu'intelligents - capables de connaître, de juger, de décider, d'évaluer à distance et comme du dehors par rapport au monde et à autrui -, ils deviendront en plus *sensibles*, c'est-à-dire directement, sensuellement ou en tout cas sensoriellement réceptif face aux qualités inhérentes à la matérialité même des <<objets>> - gens et choses - avec lesquels ils entreranno en relation.⁴

operações de *junção*, que os colocam na posse dos objetos de valor (conjunção) ou que os separam ou deles se privam (disjunção). Tal modelo se justifica plenamente quando pensamos num espaço de referência fechado e saturado, em cujo interior tudo aquilo que um protagonista perde, outro deve necessariamente receber como resultado da partilha.

⁴ Podemos, entretanto, imaginar um esquema totalmente diferente, se bem que logicamente complementar, em que os estados de alma dos protagonistas e também, é preciso acrescentar, seus estados somáticos, não dependeriam mais, em tudo e por tudo, somente das regulamentações sintáticas de seus estados de junção com os objetos, mas um esquema em que as variações experimentadas de “corpo e alma” ao longo do tempo resultariam, ao menos em parte, diretamente de relações de copresença mútua, face a face ou corpo a corpo, não somente de sujeito a *sujeito*, mas também entre sujeitos e *objetos*, com a condição, porém, de redefinir o estatuto daqueles que recobrem essas denominações. Sob o regime da copresença, cujos princípios pretendemos identificar, os “objetos” não serão mais redutíveis a simples grandezas intercambiáveis, cujo valor é apreciado somente com base em critérios de ordem funcional fixados com referência aos programas de ação predefinidos dos sujeitos. Os mesmos objetos serão então apreendidos, ao contrário, enquanto *realidades materiais* capazes de fazer sentido de imediato, em razão das qualidades sensíveis que os “sujeitos” poderão descobrir neles - mas sujeitos também redefinidos do ponto de vista de seu estatuto e de suas competências e, de ora em diante, dotados de alguma coisa essencial que lhes faltava no regime precedente: simplesmente um *corpo* e, ao mesmo tempo, *órgãos sensoriais*. A partir daí eles, que não eram mais que inteligentes - capazes de conhecer, julgar, decidir, avaliar à distância e do exterior o mundo e o outro - deverão tornar-se mais *sensíveis*, isto é, diretamente, sensualmente ou mesmo sensorialmente receptivos face às qualidades inerentes à própria materialidade dos “objetos” - pessoas e coisas - com as quais entrarão em contato.

Há várias nuances, embora com grandes conseqüências na criação dos sentidos e no processo de interação, se diferenciam os regimes da junção e da união. Por exemplo, no regime da junção (programação e manipulação), há três actantes: sujeito, objeto e destinatário. No regime da união (responsável pela interação por ajustamento), há apenas sujeitos atraídos por qualidades sensíveis, e o valor é criado no ato. Trata-se, pois, de uma relação subjetal.

No regime da junção, os papéis temáticos ficam bem definidos: o mesmo já não ocorre no regime da união. A interação por ajustamento entre os sujeitos está baseada no princípio da sensibilidade e da reciprocidade. A aproximação entre os sujeitos (corpos) é privilegiada, sem a mediação prévia de um objeto-valor. A presença, o contágio e o ajustamento são essenciais. O outro é atraído sensorialmente pelos elementos do plano da expressão. No regime da junção, o corpo não existe, uma vez que a mediação é feita pelo objeto. Na união, a satisfação não é obtida mediante a obtenção do objeto, e sim graças à qualidade do processo de interação, enquanto que, na junção, a pose do objeto é o único fim. Na interação pelo ajustamento, não se trata de um sujeito impor-se ao outro. Há liberdade e abertura entre os sujeitos. Entre eles, existe uma adaptação recíproca em que são profundamente tocados.

A programação e a manipulação caracterizam-se pela regularidade e pela intencionalidade, respectivamente, enquanto o regime da união notabiliza-se sobretudo pela sensibilidade. Na união, a relação entre os corpos é baseada na estesia e a relação entre os sujeitos, no ajustamento, que é quando ocorre um ajuste entre os actantes. Eles entram em contato e, também por meio da sensibilidade, compartilham características, sensações, experiências.

Um casal que faz uma exibição de dança necessita desse “ajuste” para que o resultado do espetáculo seja satisfatório aos olhos de quem assiste. Cada passo conduzido por um deles leva o outro a se posicionar de modo reativo e adequado ao passo daquele que conduz. O resultado final são dois corpos em completa fusão, em completa harmonia sensível. Houve um ajuste mútuo no movimento dos corpos. Com isso, os dois actantes obtêm satisfação, que é um objeto-valor. Contudo, esse objeto-valor não é posto antes da relação; ao contrário, ele é obtido no ato mesmo do processo interativo. Não há mais, aqui, a intencionalidade de “fazer o outro fazer” (descrição típica do regime da junção), porquanto há o “fazer junto”, numa concomitância de intenções, com corpos que agem em reciprocidade. É essa concomitância que justifica a criação do “valor em ato”, já que os corpos trabalham juntos na construção do sentido.

Imagine-se agora um homem e uma mulher que sabem dançar, que dominam vários ritmos musicais, que têm o hábito de dançar, mas que não se conhecem e que, pela primeira vez, começam a dançar juntos. Muito provavelmente, os primeiros minutos serão utilizados para fazer os “ajustes” necessários dos corpos para que haja harmonia, sincronismo e leveza em seus movimentos, condições necessárias para que haja harmonia estética na dança e para que se caracterize o regime da união.

Tome-se como exemplo, agora, um casal que não sabe dançar, que nem tampouco tem o hábito de dançar, mas que decide ter aulas de dança com um instrutor. Provavelmente, os primeiros movimentos desse casal juntos não caracterizarão o regime da união, mas sim o da programação, pois memorizaram os movimentos da coreografia e seguem, ou pelo menos tentam seguir, metodicamente, sistematicamente, programadamente as instruções recebidas. Certamente, não haverá a harmonia estética em seus movimentos, não haverá o “fazer juntos” que caracteriza a união. Se houver outros casais nas mesmas condições no salão e que tiveram o mesmo instrutor, provavelmente será possível identificá-los, porque os movimentos coreográficos serão os mesmos, padronizados. Não haverá ali liberdade nem criação, características típicas do regime da união.

Pode-se pensar, ainda, em uma outra variante para esse exemplo da dança. Há homens que dominam os passos de uma dança qualquer, como a valsa, o valerão, o tango, etc. Contudo, ao dançarem com suas parceiras, parecem ignorar a presença delas. Eles dançam, fazem suas evoluções na pista, sem, contudo, se importarem em saber se suas parceiras estão em sintonia com eles, com seus movimentos. Com isso, não raramente, é possível observar esses homens “arrastando” suas companheiras pelo salão. A preocupação da parceira deixa de ser a música, a dança, seus movimentos e passa a ser não torcer o pé, não tropeçar no vestido longo, não perder o equilíbrio, etc. Nesse caso, não há mais o “fazer-juntos”, a co-presença. A bem da verdade, tem-se nesse caso o regime de interação pela manipulação, pois o *modus operandi* do homem impõe-se à mulher, e a ela cabe unicamente submeter-se a ele.

Paralelamente ao conceito de ajustamento, Landowski (2005b, p. 20-21) desenvolve o conceito de contágio. Para tornar claro esse conceito para a Semiótica, o autor faz uma distinção de contágio na acepção médica, como segue:

A acepção que damos ao termo “contágio” diverge, em parte, dos usos comuns oriundos do campo medical e mais especialmente epidemiológico [...]. Em termos epidemiológicos, ou sob o ângulo viral, o contágio se analisa como um processo de comunicação que obedece perfeitamente à lógica da *junção*. Ao contrário, redefinido conforme a ótica que procuramos consolidar, o termo designa um caso exemplar de processo de *união*. Encontram-se, portanto, aqui, os dois grandes regimes de interação precedentemente reconhecidos. O critério de distinção entre eles deriva do fato de que uma transformação de estado sofrida por um sujeito poder resultar seja de sua conjunção com um certo objeto autônomo, proveniente de algum outro sujeito, seja de sua colocação em contato direto, sem mediação, com esse outro.

O autor discorre, ainda, sobre a maneira pela qual alguém se contagia com uma gripe e como alguém se contagia com a gargalhada alheia. Ele mostra que contágio, na acepção semiótica, somente ocorrerá no segundo caso. Ele explica também que a gargalhada pode ter início em um corpo e passar a um outro, apenas por se presenciar o fato, já que, como ele diz (2005b, p. 24), “estar presente para outrem já é comunicar”, não sendo necessário, portanto, haver discurso, pois o efeito é apreendido esteticamente pelos sentidos. A esse respeito, ele (2005b, p. 21-22) explica:

A título de exemplo, tomemos de um lado a *gripe*, do outro o riso, ou melhor, a *gargalhada*. Uma e outra são, como se diz, “contagiosas”: a gente as “pega” ao entrar em relação com outrem e ambas induzem a certas transformações de estado do lado daquele dos protagonistas sobre o qual o efeito de contágio opera. Isto dito, é fácil ver que intervêm, aqui e aí, dois regimes de interação bem distintos. Na primeira configuração, um sujeito pode ser testemunha do que experimenta o outro, já o “gripado”, pode inclusive ser afetado (entristecer-se ou inquietar-se a propósito de seu estado de saúde, etc.) ao vê-lo doente, mas não ficará ele mesmo doente por isso: é possível *constatar* o estado doentio de outrem sem por isso contraí-lo. As coisas se passam diferentemente no caso da gargalhada, devido ao simples fato de que ver *rir* tende, por si mesmo, a fazer rir. Tudo acontece então como se houvesse uma eficácia performática da co-presença, como se nossa percepção das manifestações somáticas dos estados vividos pelo outro tivesse o efeito de fazer-nos contrair os mesmos estados. Dito de outro modo, no caso da gripe ou de qualquer outra doença infecciosa, para que haja contágio, não basta que eu seja testemunha, mesmo de perto, do mal que afeta um outro sujeito: precisa-se que algum agente transmissor – micróbio, vírus, ou outro – encontre um caminho que lhe permita passar do corpo que ele já infecta, para o meu. Tratando-se do riso, ao contrário, o próprio estado hilário de meu interlocutor pode, em certas condições (especialmente quando *não se deve rir*), ir, por si só (na ausência de qualquer agente transmissor), até me levar ao mesmo estado de hilaridade.

Com a finalidade de exemplificar o conceito de contágio, segue agora um exemplo. Imagine-se uma pessoa que vai a uma região de belezas naturais, que presencia uma revoada de pássaros, que encontra uma linda cachoeira ou, então, que sobe no topo de uma montanha e que, de lá, contempla um maravilhoso pôr de sol. Dependendo do sistema de valores dessa pessoa, ela pode ficar tão extasiada com o cenário, tão absorta em seus pensamentos que o tempo, por um instante, parece parar (fratura temporal). Todos os seus sentidos (princípio da sensibilidade) estão tomados pela beleza do cenário. A relação que este sujeito mantém com os pássaros, com a cachoeira, com a montanha, com o pôr de sol não é objetual, mas subjetal. As coisas do mundo deixam de ser sentidas como “coisas” (objeto) e assumem o *status* de sujeito semiótico, já que estabelecem uma interação profunda com o outro.

Porém, o contágio pode ser disfórico, como no exemplo que segue. Imagine-se uma situação em que alguém presencia um acidente grave de trânsito em que uma pessoa está gravemente ferida. Vendo a cena, ele pode sensibilizar-se, demonstrando suas impressões por meio de sua feição e até mesmo por meio de lágrimas. A dor, a agonia sentidas pelo acidentado criam um cenário tão desesperador e impactante que contagia o observador, transmitindo-lhe sensações tensas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eric Landowski, ao conceber o regime da união, no qual trouxe à tona conceitos como “ajustamento”, “interação”, “co-presença”, “contágio”, sem dúvida alguma, ampliou e consolidou uma epistemologia semiótica sobre os processos de interação. Sua abordagem permitiu explicitar manobras discursivas a partir das quais efeitos de sentidos são criados e recebidos pelos interlocutores. Além disso, ele mostrou, com muita propriedade, como os sujeitos interagem socialmente.

Houve um salto qualitativo muito grande quando Landowski mostrou a insuficiência do regime da junção e propôs o regime da união. Com isso, ele escreveu um novo desdobramento da gramática narrativa e discursiva e, agora, certos conceitos e afirmações de antes devem ser revistos, como as observações sobre as qualificações modais que preparam o sujeito para a ação, sem a qual não haveria a conjunção com o valor. Outra grande contribuição desse enfoque landowskiniano foi resgatar o corpo, que havia sido posto de lado no modelo clássico, e colocá-lo em lugar de destaque nos processos de interação.

Toda essa abordagem inusitada de Landowski só foi possível, porque ele buscou compreender e explicar as significações decorrentes de situações “reais”, vividas, situações em que o “sentido é sentido” (1996, p. 36). Com isso, ele enveredou-se pelo campo das interações sociais, visto que é ali que ocorrem as significações em ato. Ao fazer isso, ele inaugurou o que pode ser chamado de *Semiótica da presença* e, em contrapartida, reformulou conceitos clássicos e propôs outros de vanguarda.

REFERÊNCIAS

- GREIMAS, J. A. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- _____. "La Soupe au pistou ou la construction d'un object de valeur" em *Du Sens II, Essais Sémiotiques*, Paris: Seuil, 1983.
- _____. *Da imperfeição*. São Paulo: Hacker, 2002.
- LANDOWSKI, Eric. Viagem às nascentes do sentido. In: SILVA, I. Assis (Org.). *Corpo e sentido: a escuta do sensível*. São Paulo: EDUNESP, 1996. p. 21-43.
- _____. *Passions sans nom*. Paris: PUF, 2004.
- _____. *Les interactions risquées*. Limoges: Pulim, 2005a.
- _____. Aquém ou além das estratégias, a presença contagiosa: In: *Documentos de Estudo - Centro de Pesquisas Sociosemióticas*. São Paulo: Edições CPS, 2005b.